



Há matéria bastante para investigação no sumário Kroll, mas:

# Duvido da força da PGR

Pág. 2 e 3

Illec Vilanculos

## Ainda há militares à entrada da Serra

Pág. 4





No sumário do relatório Kroll há matéria bastante para investigação, mas:

# Duvido da capacidade da PGR

Por Francisco Carmona

**J**osé Jaime Macuane, um dos analistas políticos mais respeitados de Moçambique, disseca ao SAVANA sobre algumas ilações que se podem tirar do sumário executivo da firma internacional Kroll às chamadas dívidas ocultas. O académico tem dúvidas sobre a capacidade de a Procuradoria-Geral da República (PGR) agir contra figuras da elite política que possam estar envolvidas no escândalo dos empréstimos secretamente avaliados pelo Governo de Armando Guebuza. “Não. Não acho que [a PGR] tenha [capacidade].”, declara. Sobre o papel que o actual chefe de Estado, Filipe Nyusi, teve no caso, quando era ministro da Defesa, Macuane entende que a divulgação de informação nas redes sociais com documentos oficiais saídos do Gabinete do então ministro da Defesa e alguns por ele assinados deita por terra a ideia de que o Presidente Nyusi desconhecia as operações das dívidas ocultas. “Contudo, [essa informação] não prova que ele esteja envolvido na parte obscura dessa operação”. Sobre a situação política no país, o analista considera que, enquanto Afonso Dhlakama for politicamente relevante, não vislumbra a possibilidade de o pacote legislativo sobre a descentralização não ser aprovado antes de 2019, porque é central à pacificação do país, pelo menos na perspectiva do líder da Renamo.

Finalmente foi liberto o tão aguardado sumário executivo do Relatório Kroll, que provocou uma verdadeira hecatombe de reacções. Como é que reage a este documento que, basicamente, confirma o que já se escrevia na imprensa internacional e nacional e se debatia em alguns círculos restritos?

Há muitas reacções que se pode ter em relação a este documento. Uma delas, a mais chocante, é do extremo erro de cálculo, e diria até amadorismo, com que se arquitectou a operação de financiamento das três empresas (Ematum, ProIndicus e MAM) e seja lá do que for, mesmo sob a capa pomposa de patriotismo, defesa da soberania e independência económica. Chocou-me confirmar aquilo que, como disse, já se sabia: as empresas não eram economicamente viáveis e o relatório chama atenção à gestão das três empresas por pessoas sem capacidade e experiência de gestão de empresas daquele calibre. Portanto, urdiu-se um plano supostamente genial e nem sequer se pensou em indicar pessoas que pudessem colocar o plano a funcionar adequadamente para se atingir os objectivos definidos. O segundo elemento é a informalidade das nossas instituições, que a veria em duas vertentes. A primeira é a forma como altos gestores públicos e com larga experiência aceitaram cometer ilegalidades convencidos de que estavam a defender o seu país. Isso confirma também o que já sabemos, há uma informalidade que campeia e que se sobrepõe às instituições formais e até às vezes a substitui. A segunda vertente, mais preocupante, é o po-

der que o aparelho securitário parece ter sobre os destinos do país. Aquilo que em outras paragens se chama por “deep state”, ou Estado profundo. O Estado profundo funciona como um Governo das sombras, que subverte as instituições existentes, se constitui em poder paralelo e até se arvora o poder de violar a constituição. Eu não separaria este “deep state” dos fenómenos de repressão, com mortes e intimidações que vivemos nestes últimos anos e até das curvas e contracurvas e recuos da negociação pela paz. Em alguns casos a repressão parece ter sido ligada à questão das dívidas ocultas. O estado profundo é um verdadeiro perigo à democracia e à nossa sobrevivência como Estado, apesar de alguns dos seus autores argumentarem que defendem a pátria. No fim, paradoxalmente, de uma tentativa desastrosa de defender a nossa soberania, conforme vista por um grupo sem legitimidade institucional para definir unilateralmente o interesse público, terminamos piores do que estávamos; expostos ao escrutínio de organizações estrangeiras e comprometendo futuro do nosso desenvolvimento económico. Por isso é que a minha reacção inicial de choque foi com o extremo amadorismo dos executores desta operação. E quando digo isso não quero dizer que eles sejam maus profissionais no que regularmente fazem, mas sim na forma como pretendiam entrar em operações complexas a nível internacional, com organizações e instituições que operam nesta esfera com as quais não se deve interagir com amadorismo. Espero que tenha ficado a lição para o país de que não se deve brincar com o capital internacional.

**Do sumário executivo do relatório de auditoria, avulta a falta de cooperação por parte de algumas entidades envolvidas no caso das chamadas dívidas ocultas. Considera que o sentimento de impunidade e protecção ao mais alto nível do Estado pode ter encorajado esta postura?**

Eu enquadraria isto naquilo que falei antes, a existência de um poder paralelo que não dá a mínima para as instituições formais. Tenho a impressão que alguém às vezes revoga a Constituição quando lhe convém, não nos avisa e não temos mecanismos para trazê-la de volta. Isso é preocupante para o nosso futuro como país.

## Segredo de Estado

**Acha que é coerente o argumento de segredo de Estado evocado pelas referidas entidades para a falta de cooperação com os auditores? Não houve um recurso abusivo ao instituto de segredo de Estado?**

Depende de como está estruturada a questão de segredo do Estado dentro da prática estatal existente. Em Moçambique é fácil alegar-se segredo de Estado para qualquer coisa. Mesmo na administração pública, você pode ir a uma instituição pública e pedir legislação sobre o seu funcionamento, publicada no Boletim da República, não raras vezes, o funcionário lhe pode dizer que precisa de autorização do seu superior hierárquico para disponibilizar o documento que é público. Dentro desta lógica que descrevi,



“Em Moçambique é fácil alegar-se segredo de Estado para qualquer coisa”

não espanta. Há uma certa coerência no recurso a esse instituto. Mas aqui temos de entender o segredo de Estado de um modo menos inocente, como mecanismo de protecção de uma operação que acredito que teve elementos realmente em defesa do Estado, mas também ilicitudes que podem implicar figuras com poder político. Neste âmbito, num contexto em que se usa abusivamente do segredo de Estado e nunca o mesmo foi colocado a uma interpretação material por quem de direito para analisar a sua funcionalidade à integridade do Estado, não nos devemos espantar que assim tenha sido.

**Após a publicação do relatório, a expectativa é que o Ministério Público faça a competente investigação forense e dê andamento ao processo judicial para a devida responsabilização criminal e civil. Acha que o Ministério Público moçambicano tem a necessária autonomia para cumprir esse dever?**

Primeiro, é preciso ver se o Ministério Público tem capacidade para uma investigação forense sobre um assunto tão tecnicamente complexo. Como deve estar lembrado, no início deste processo foi discutido se seria uma auditoria forense ou não e depois se ficou com o nome de “auditoria independente”. Eu não sei em que se parece um relatório de auditoria forense, porque nunca li nenhum. A questão que tenho é se o relatório integral da auditoria da Kroll está próximo a de uma auditoria forense. Pela leitura do sumário executivo do relatório da Kroll pode-se dizer que há matéria bastante para fazer investigação, mas ao mesmo tempo há aspectos técnicos de operações financeiras que me questiono se o MP tem capacidade para dar seguimento sem apoio externo. Quanto à autonomia do MP, tenho minhas dúvidas, mas ainda tenho esperança. Apenas o que acho que nos deve colocar em alerta é de não nos empolgarmos quando recebermos gato por lebre. O que quero dizer com isso é que devemos olhar para autonomia do Ministério Público de forma crítica: no passado levou à barra de tribunal figuras políticas, mas que

não me parece ter sido por zelo em combater a corrupção e outros crimes, mas como consequência das dinâmicas de poder dentro da elite governante, isto é, como ajustes de contas e outros expedientes que não necessariamente o cumprimento da sua missão. Em suma, acho que devemos entender a autonomia do MP como também condicionada pela correlação de forças dentro da elite governante, que define quem deve ir à frigideira para resolver questões internas e para aplacar o clamor popular pela justiça, mas que no fim não é uma genuína responsabilização.

**Mas acha que a PGR tem capacidade para enfrentar as elites políticas envolvidas nestas operações?**

Não. Não acho que tenha. Penso que depende do apadrinhamento político, como sempre precisou. Mas o ambiente político pode ser propício a este apadrinhamento. Por exemplo, a competição e as disputas internas dentro do partido Frelimo, com o aproximar do XI Congresso e o jogo da sucessão política e indicação do candidato presidencial para as eleições de 2019, podem determinar o apoio ou a falta dele à empreitada da PGR.

## Envolvimento de Nyusi

**O facto de o actual chefe de Estado ser ministro da Defesa à altura da contracção das dívidas mina a sua autoridade política na sua eventual determinação em ver o caso devidamente esclarecido?**

O vazamento de informação nas redes sociais com documentos oficiais saídos do Gabinete do então Ministro da Defesa e alguns por ele assinados deita por terra a ideia de que o presidente Nyusi desconhecia as operações das dívidas ocultas. Contudo, não prova que ele esteja envolvido na parte obscura dessa operação, que é a sobrefacturação, aquisição de bens que não eram parte do empréstimo e a existência de equipamento com especificações inadequadas para o trabalho para o qual foi adquirido. Também o posicionamento do actual Ministro da Defesa de que se recusou receber o material que lhe estava a ser

entregue, por ser inadequado, coloca o presidente numa posição de benefício da dúvida. Resta saber se os factos materiais reforçam essa ideia de pouco ou nenhum envolvimento do presidente em todas as facetas desta operação. E só mesmo essa informação, que não temos (pelo menos eu não tenho) é que nos pode dizer se o presidente está em posição de força ou de fraqueza. E isso talvez só poderá ser esclarecido com a divulgação de todo o relatório.

**Acredita numa aliança entre as alas desavindas dentro do partido de modo a apaziguar a situação?**

A questão é, havendo acordo entre as partes, como a Frelimo vai lidar com o resto da sociedade. Se vai passar a ter uma cultura de Estado mais efectiva, ou se vai aumentar a repressão para se dominar a sociedade mais descontente? Não sei. O que penso é que a Frelimo está colocada numa situação de ter de fazer escolhas difíceis.

**Os resultados, ainda que parciais, do sumário executivo podem provocar danos à imagem da Frelimo e de Filipe Nyusi?**

Da Frelimo já estão a provocar. Começando pela inclusão das dívidas na Conta Geral do Estado. Fica complicado a Frelimo argumentar que tem cultura de Estado e se identifica com os interesses do povo depois da forma como se posicionou em relação às dívidas ocultas. Quanto a Nyusi, ainda tem o benefício de ser visto, no meu entender de forma perigosamente condescendente (porque o enfraquece), como o presidente que ainda não controla o seu partido e ainda existem forças que o combatem. Esta imagem pode lhe permitir se distanciar de alguns posicionamentos impopulares do seu partido, mas não por muito tempo e nem de forma eficaz, porque alguns podem comprar essa ideia outros não. Mais ainda, logo, logo o presidente vai precisar do seu partido unido para fazer campanha por ele em 2019, se conseguir sair como candidato da Frelimo no XI Congresso.

**E em que condições acha que chegará Nyusi ao próximo congresso da Frelimo na sequência da divulgação do sumário executivo da auditoria, tendo em conta as graves más práticas que parecem ter ocorrido em todo o processo das chamadas dívidas ocultas?**

Este relatório tem um grande potencial de ser fracturante, porque a existir responsabilização implica sacrificar alguns camaradas e isto potencialmente pode gerar divisão e conflitos internos. Para mim é difícil antever se responsabilizar alguns vai aumentar ou diminuir o poder de Nyusi antes do congresso, porque ainda não sabemos do grau e gravidade do seu envolvimento nas dívidas ocultas. Até ao congresso só faltam dois meses e meio. Se até lá houver alguma movimentação do Ministério Público, em termos de dedução da acusação aos envolvidos, aí poderemos ter uma leitura melhor.

**A Frelimo pode sair “gravemente ferida” em caso de um processo judicial isento em relação aos autores do escândalo das dívidas ocultas, tendo em consideração o poder dos envolvidos?**



Faz tempo que alguns militantes de proa da Frelimo, como Sérgio Vieira, Teodato Hunguana, Graça Machel e Jorge Rebelo e há pouco tempo o Secretário Geral da ACCLN, Fernando Faustino, clamam por uma moralização do partido Frelimo. Esta é uma oportunidade para a moralização, embora tenha um custo alto. Não há como ser feita sem abrir feridas, algumas de lenta ou difícil cura. Mas ao mesmo tempo a Frelimo perde terreno no apreço popular, pelo menos nas zonas urbanas, seu antigo bastião, e as eleições autárquicas mostram essa tendência. A questão é como a Frelimo poderá se manter vencedora sem fazer sacrifícios e me parece que isso seja pouco provável que dê certo nos tempos que vêm.

Muitos querem a cabeça de Guebuza. Acha que Guebuza deve ser política e criminalmente responsabilizado nestas operações?

O Canal de Moçambique desta semana fala de uma possível manipulação de Guebuza por securocratas que o envolveram na operação das dívidas ocultas. Guebuza deixou muitas pessoas descontentes dentro e fora do seu partido, com aquilo que parecia ser um projecto nacional ousado, mas que no fim se revelou, usando a terminologia política em voga, um retumbante e asfixiante fracasso. Como chefe de Estado na altura, tem uma grande quota de responsabilidade, mas tudo depende de como os factos se desenrolaram e numa investigação séria e num julgamento de igual natureza a responsabilização de Guebuza pode não ser da forma como algumas pessoas esperam. Para mim, o mais crítico é que este processo de julgamento das responsabilidades não se transforme numa arma de arremesso das elites que digladiam entre si e usam isto como uma forma de ajuste

de contas, sem olhar para o interesse nacional. A responsabilização deve ser isenta de disputas e rancores internos e externos à Frelimo e ser dentro do âmbito do Estado de Direito. E a sociedade deve estar atenta para que não seja usado o tribunal da opinião pública e o judiciário para as elites políticas ajustarem as suas contas e tudo continuar na mesma.

Influência dos doadores O desfecho deste caso será um teste à influência dos doadores e das instituições financeiras internacionais na sua pressão por transparência, prestação de contas e responsabilização em Moçambique?

Será. Mas já existem sinais de impaciência por parte dos actores internacionais que querem fazer negócio com o país. A posição dos actores internacionais não é uniforme. Alguns poderão desistir e passar a bola para a frente. O FMI é que dará o mote do que se vai seguir. Se este aceitar as coisas como estão, poucos doadores preferirão continuar na posição de pressionar por responsabilização. Até porque alguns têm interesses económicos em Moçambique e querem normalizar as relações com o país.

Há quem considera que este caso é a derradeira oportunidade para os parceiros internacionais exercerem alguma influência, antes de o país começar a ganhar alguma robustez financeira e económica, face ao advento dos ganhos dos recursos naturais. Que comentário faz a esta asserção?

Penso que sim. Em parte devemos nos congratular por o país ter perspectivas de se graduar de uma posição de recipiente de ajuda externa para um país autossuficiente. Infelizmente não temos instituições de governação democrática fortes o suficiente para

contrapor o crescente autoritarismo das elites políticas e o descaso pela “res publica”. Mas também isso deve ser visto como uma oportunidade para fazermos o que é nosso dever. Por anos a nossa cidadania se acomodou nas asas dos doadores à espera que sejam eles a pressionar o governo que elegemos para que faça o nosso trabalho. Podemos aceitar isso como uma fase histórica do processo de democratização, porque cada país tem a sua realidade e o papel dos actores internacionais é importante em alguns casos. Mas temos de assumir a nossa responsabilidade de cidadania, sem deixarmos de estar abertos a aprender e receber apoio dos outros.

Há argumentos suficientes para não se pagar essas dívidas? Do tipo que as garantias foram ilegais, o processo foi inconstitucional em clara violação da lei orçamental.

Há argumentos suficientes nos dois sentidos: de pagar e não pagar. Podemos dizer que as dívidas violaram a Constituição, a lei orçamental e até da probidade pública. Mas ao mesmo tempo a Assembleia da República aprovou a sua inclusão na Conta Geral do Estado. Ainda não vi argumentação legal sobre esta decisão da AR. Muitas vezes a eficácia da base legal é uma questão de argumentação, do histórico de decisões anteriores (jurisprudência) e outros elementos. Em qualquer decisão que tomemos, haverá um argumento contrário a se contrapor. Para mim, a questão de pagar ou não pagar relaciona-se a como os moçambicanos terão de suportar este fardo da dívida e como Moçambique se vai colocar no mercado financeiro internacional, de que ainda vai precisar. Essa é no meu entender a discussão mais importante sob o ponto de vista de consequências práticas, aliada

a como nos vamos precaver para não cairmos outra vez neste tipo de erros.

O Relatório levou seis meses a ser concluído, contra três meses iniciais, mas Kroll não conseguiu informações suficientes que mostram para onde foi o dinheiro ou como foi usado. Isto não coloca em causa a credibilidade da própria Kroll?

Penso que é cedo para julgarmos o trabalho técnico da Kroll, porque não temos o relatório integral. Temos um sumário executivo editado sabe-se lá com base em que critérios. Mas a reacção do Crédit Suisse de que os dados sobre as comissões não são correctos preocupa quanto à qualidade do trabalho da Kroll, que deve esclarecer este tipo de reacções. Sobre o acesso à informação, a Kroll não tinha como obrigar as entidades do Estado a disponibilizar informação e creio que aceitou o contrato na suposição de que haveria colaboração do Estado moçambicano com o seu trabalho. Ora, se este não colaborou como devia, a Kroll pode muito bem alegar isso como uma fraqueza do seu trabalho, mas que não deve ser à ela imputável.

Diálogo político

No dia da independência, o Presidente Nyusi anunciou a retirada, até ao final de segunda-feira, das Forças de Defesa e Segurança de oito posições na Gorongosa. Mas quarta-feira passada, o líder da Renamo apareceu publicamente a exigir que Nyusi seja dono da sua palavra, porque as posições militares anunciadas não foram retiradas. Como é que olha para a esta situação?

As idas e vindas do processo de paz sugerem que existem forças que não aparecem à luz do dia, no quadro das instituições formais. O presidente Nyusi já havia falado, no início do

seu mandato, de forças que contrariavam as suas ordens, até que numa das aparições públicas teve de explicitar que ele é que era o Comandante em Chefe das Forças de Defesa e Segurança. Esta situação nos coloca, mais uma vez, na posição de dúvida quanto à autoridade do presidente Nyusi e também da genuinidade do interesse pela paz nos que comandam efectivamente as nossas FDS. Como antes disse, não creio que se deva olhar ao presidente de forma condescendente, como alguém mal-acompanhado ou que cuja autoridade é desafiada, apesar das suas boas intenções, porque isso o enfraquece. Principalmente tendo em conta que já vão dois anos e meio do seu mandato. Portanto, está no meio do mesmo e não fica bem dar a imagem de que não governa efectivamente, a não ser que seja verdade. Cabe ao presidente mostrar que comanda as FDS e que as suas intenções de alcançar a paz são inequívocas, em palavras e acções.

Dhlakama exige que o Governo seja ágil para que até ao fim de 2017 haja revisão pontual da Constituição e com isso uma lei de eleição dos governadores e a lei das finanças das províncias. Com este marcar de passo, acredita que teremos o pacote legislativo sobre a descentralização aprovado a tempo das eleições gerais de 2019?

É possível, sim. Já houve muito debate e estudos sobre esta matéria e só falta mesmo efectivar esse manancial todo em legislação. É tudo uma questão de vontade política. Havendo, o pacote pode ser aprovado a tempo. Enquanto Dhlakama for politicamente relevante, não vejo como este pacote não possa ser aprovado antes de 2019, porque é central à pacificação do país, pelo menos na perspectiva de Dhlakama e da Renamo.





**BAÍA MALL**  
o lugar dos encontros

Onde vais  
*encontrar*  
os melhores presentes.

No BAÍA MALL vais encontrar tudo o que desejas, bem perto de ti: a moda, os sabores e a diversão, juntos num só lugar. Já em Outubro, escolhe entre as melhores marcas no mall que tem mais qualidade.

Arrendamentos: (+258) 849 521 590 | info@baia.co.mz

Segue-nos:   baia.co.mz | Av. Marginal (GAME) - Maputo

ABRE EM OUTUBRO 

